

A herança diplomática

O presidente Tancredo Neves sonhou para o Brasil uma política externa independente, que atendesse efetivamente nossos interesses nacionais e fosse definida a partir de Brasília. Realista, ele sabia que o Brasil tinha enormes dificuldades para poder atuar com dignidade na área externa, devedor que era e é de importância superior a 100 bilhões de dólares.

Ele abraçou, desde logo, os princípios tradicionais da diplomacia brasileira, de apreço pelo pacifismo, pela autodeterminação e pela não-intervenção. Rejeitou qualquer idéia de "alinhamento automático" com os Estados Unidos ou com quem quer que fosse. Reconheceu nossa presença óbvia no Terceiro Mundo e sugeriu que procuraria, com pragmatismo, explorar as melhores oportunidades internacionais para o Brasil. Sabia que tínhamos interesses junto ao mundo dos países ricos, mas também compromissos e interesses no bloco das nações em desenvolvimento. Pautou-se também no exterior por essa linha de conciliação.

Tancredo disse, desde a campanha eleitoral, que manteria em suas linhas básicas a diplomacia dos últimos 10 anos, que retomando a ação do curto governo Jânio Quadros e de todo o período João Goulart reconciliou o Brasil com a desejada ação externa independente.

Ele precisou buscar um exemplo externo para fornecer ao sistema militar de poder, alguma tranquilidade. Tancredo disse: "Eu não sou o Alfonsín brasileiro". Na visão dos quartéis brasileiros o presidente eleito da Argentina, Raúl Alfonsín, dedicava-se ao chamado revanchismo, na medida em que criava condições para punir os excessos do período mais duro da repressão. Alfonsín e seu governo negaram sempre, interna e externamente, que buscassem o revanchismo. No seu entender, apenas atendiam a um generalizado desejo nacional de justiça. Nas malhas da punição seriam apanhados tanto os que se excederam na repressão oficial quanto no processo de subversão. Mas como para os militares brasileiros Alfonsín era uma espécie de vingador Tancredo fez questão de negar que fosse o Alfonsín brasileiro.

Foi também para tranquilizar os militares que ele afastou o problema do estabelecimento de relações diplomáticas com Cuba de qualquer solução imediata. O presidente usou, inicialmente, a mesma terminologia dos militares para falar do país de Fidel Castro. Afirmou que não se poderia pensar na retomada do diálogo enquanto Cuba insistisse em "exportar a revolução". Melhor aconselhado, manteve a posição mas alterou as razões e as palavras. Em uma etapa seguinte passou a dizer que o diálogo com Havana não era um problema político, mas de segurança nacional. Acreditava-se que no fundo Tancredo pensasse em restabelecer relações. Mas não quis confessar isso publicamente em nenhum instante para não assustar os quartéis. Entendia-se que esse gesto diplomático não seria assumido na primeira fase de seu governo, até pelo seu caráter polêmico. Mas quando a poeira interna assentasse e Tancredo estivesse firmemente sentado na cadeira presidencial ele adotaria a decisão de terminar o longo período de alheamento brasileiro em relação àquele país latino-americano.

Tancredo também procurou ter gestos de simpatia em favor dos democratas chilenos e do povo da Nicarágua. No primeiro caso dispôs-se a fornecer "apoio intransigente" aos opositoristas do regime de Pinochet. No segundo caso frisou que todos os povos tinham o direito de decidir seu próprio sistema político. Foi uma forma de dizer que a Nicarágua tinha todo o direito de se guiar pelo ideário sandinista.

Em sua viagem internacional, Tancredo Neves pôde sentir a solidariedade dedicada ao seu nome a ao simbolismo político por ele representado, como sinal evidente da redemocratização brasileira. Todos os países visitados foram muito claros na sua esperança de que o novo presidente pacificasse a família brasileira e estabelecesse uma ponte entre o regime discricionário e o regime democrático.

A escolha de Olavo Setúbal para dirigir o Itamaraty e executar a diplomacia imaginada por Tancredo Neves obedeceu a uma exigência política. Setúbal, representando um segmento econômico e político importante de São Paulo, reivindicava o Ministério da Fazenda. Era impossível. Nessa pasta-chave o presidente acalentava há muito tempo a idéia de manter alguém bem próximo dele, até pelos vínculos do parentesco. No caso, seu sobrinho Francisco Dornelles. Setúbal esperou, então, como alternativa imediata, o Ministério do Planejamento. Mas, como disse uma alta fonte da Frente Liberal, seria demais reunir lado a lado "o leão e um banqueiro". Restou o Itamaraty para o ex-prefeito de São Paulo.

O desaparecimento de Tancredo deixa uma herança de destaque também na área da política externa: a necessidade de elaboração de uma diplomacia que preserve os melhores interesses nacionais e insira adequadamente o Brasil na comunidade internacional. José Sarney e Olavo Setúbal, sob o testemunho da Nação, saberão por certo honrar esse compromisso legado por Tancredo.

Carlos Conde